

PROJETOS ESTRATÉGICOS EDUCATIVOS DE CARIZ LOCAL – CONTRIBUTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Mafalda Frias¹, Luís Alcoforado², A. M. Rochette Cordeiro³, André Fonte⁴

¹*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal), friasmafalda@gmail.com*

²*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal), lalcoforado@fpce.uc.pt*

³*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), rochettecordeiro@fl.uc.pt*

⁴*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), andrefonte.uc@gmail.com*

Resumo

Os municípios portugueses, ao longo dos últimos anos, têm vindo a ser convocados para assumir maiores responsabilidades na promoção do desenvolvimento local e na definição de políticas educativas de modo a garantir, a todos os cidadãos, os saberes necessários para uma participação plena no território, tendo como missão associar a educação e o desenvolvimento integrado em projetos articulados concretizados através de objetivos realistas e desafiantes. Neste sentido, os projetos estratégicos para a educação – Projeto Educativo Local (PEL) – representam a resposta aos desafios colocados já que, enquanto instrumentos de carácter estruturante, participado e prospetivo, agem como matriz orientadora da intervenção dos municípios na vertente educativa.

No âmbito do PEL a desenvolver entre a Universidade de Coimbra e um município da Área Metropolitana de Lisboa, como ponto de partida, ainda numa fase de diagnóstico, foi realizada em contexto de reunião plenária do Conselho Municipal da Educação (CME), uma auscultação da perceção dos conselheiros sobre os desafios, as potencialidades e limitações das atividades educativas no seu território. Para tal, os participantes foram desafiados, individualmente e por escrito, a elaborar o brasão educativo do município, que incluía a indicação de debilidades, pontos fortes e desafios, sugerindo uma ideia identitária para a ambição do concelho, no que se refere à educação e formação.

Enquanto momento inicial para o indispensável diagnóstico, o potencial da metodologia aplicada foi evidente, já que possibilitou a delimitação de áreas prioritárias de diagnóstico que, nos diferentes momentos, servirão de suporte ao trabalho em desenvolvimento.

Palavras-chave: educação, municípios, projeto educativo local.

Abstract

The Portuguese municipalities over the last few years have been called upon to assume greater responsibilities to promote local development and definition of educational policies to ensure to all citizens the necessary knowledge for full participation in the territory, with the mission to link education and integrated development in articulated projects implemented through realistic and challenging goals.

Therefore, the strategic projects for education – Local Educational Project - represent the answer to the challenges while structural instruments, participated and prospective act as a guiding matrix of the intervention of the counties in the educational component.

According to Local Educational Project will be developed between the University of Coimbra and the Lisbon Metropolitan Area, as a starting point still in the diagnostic phase was held in the context of the plenary session of the city council education a listening of their perception relating to the challenges, the potential and limitations of educational activities in its territory.

Participants were challenged, individually and in writing, to develop the educational arms of the county which were included the weaknesses, strengths and challenges, in order to suggest an identity idea for the ambition of the county, with regard to education and formation.

The main goal to the imperative diagnosis is the potential of the applied methodology that enabled the definition of priority areas of diagnosis that, at different phases, will support the work in progress.

Keywords: education, municipalities, the local educational project.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a importância do território na promoção de formas de desenvolvimento sustentado, embora não seja recente, tem vindo a assumir uma progressiva centralidade nos discursos e nas estratégias políticas atuais ao nível da construção de respostas para os problemas com que nos vamos deparando. Tendo em consideração a interdependência entre a organização social e o desenvolvimento, torna-se fundamental construir um sentido comum para as diferentes aprendizagens, individuais e coletivas, proporcionando-lhes espaços formais de transmissão geracional de culturas e saberes, uma vez que se procura apostar num futuro melhor que promova experiências de vida e educativas de transformação das práticas quotidianas, face a exigências de mudança mais imediata (Alcoforado, 2014).

Numa referência a Jobert (2010), parece indubitável a ideia de que o desenvolvimento não pode ser pensado se não for entendido numa lógica de espaço-tempo, onde a noção de território abrange, em simultâneo, um espaço de acumulação de recursos e um espaço de transformação. A comunidade deverá ser percebida como um espaço e local onde se estabelecem autênticas relações sociais, logo qualquer transformação desejável somente advém de uma ação concertada da comunidade, bem como da sua capacidade para mobilizar o conhecimento individual e coletivo em prol das mudanças necessárias.

Mesmo coexistindo diferentes comunidades num determinado território e de todas elas se espere o contributo indispensável para o futuro que se deseja construir, a ambição para que hoje apelamos é bastante mais abrangente, procurando corporizar a antecipação dessa realidade, planeando as etapas necessárias para a sua materialização, através de um projeto de desenvolvimento estratégico, resultante da vontade e do envolvimento de todos os membros da comunidade territorial (Alcoforado, 2014). Poderemos, portanto, afirmar que estamos perante o grande desafio que também as políticas públicas, nacionais e europeias começam a colocar a si próprias, já que procuram estruturar-se numa base mais rígida para o desenvolvimento territorial. Torna-se, assim, crucial que cada território seja capaz de traçar caminhos no sentido da construção de um projeto realista desafiante de base local.

Nesta linha de pensamento, a educação e a formação, enquanto ações que materializam o desenvolvimento desejável, necessitam de um espaço e de um tempo que atribuam sentido às transformações que devem promover, a partir dos recursos disponíveis e mobilizáveis num contexto específico. Estas práticas necessitam de se estruturar a partir de políticas educativas de base local que promovam a participação de todos e impulsionem as mudanças necessárias a partir das diferentes comunidades, sendo desejável que todos contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentado do seu território. É fundamental encarar o desenvolvimento sustentável como um processo de organização da sociedade, no que diz respeito às mentalidades e aos procedimentos, tendente a garantir a sobrevivência da espécie humana através da equidade social, possibilitando o acesso de cada vez maior número de pessoas aos níveis de vida socialmente aceitáveis e, simultaneamente, garantindo uma utilização progressivamente mais eficiente dos recursos existentes (Moreira, 2005).

Assume-se, assim, que a “filosofia” de construção de um território sustentável assenta em três pilares fundamentais no desenvolvimento de um projeto: a “garantia das necessidades dos cidadãos”, o “espaço público” e as “atividades económicas”. Estas peças fulcrais constituem o alicerce do quarto pilar, tratando-se indubitavelmente do centro de todo o projeto, isto é, os cidadãos do território, tendo em consideração a sua realização profissional, qualidade de vida e cidadania (Cordeiro, A.M. Rochette e Barros, C., 2011).

Todo este processo deverá unificar visões, coordenar a atuação pública e privada, procurando a mobilização e cooperação dos parceiros e atores com relevância nos diferentes territórios, assumindo sempre uma perspetiva de cidade/território proativo e criando, em simultâneo, oportunidades de participação, empenho e mobilização dos diferentes atores/parceiros (Mendes, 2011).

Afirmamos, portanto, que um Projeto Educativo Local deverá ser percebido como um projeto de transformação social e como um instrumento potenciador e facilitador da transformação do espaço público, nas vertentes educativa e social, propondo-se a melhorar a qualidade e a quantidade das relações entre cidadãos e entidades e entre estas e o município. Enquanto resposta a necessidades específicas do município, o PEL constitui um instrumento adaptável, facilmente atualizável e sistematizador da oferta educativa municipal, bem como definidor de políticas educativas para a infância, juventude, idade adulta e velhice. Trata-se, de facto, de um efetivo diagnóstico do município que possibilitará a planificação futura de um conjunto de ações e o traçar de estratégias políticas.

Diremos, portanto, que um Projeto Educativo Local deve ser assumido como um referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, paralelo ao plano de desenvolvimento estratégico, constituindo-se como uma base para o desenvolvimento de políticas por parte das entidades que

dispõem de competência para o efeito, designadamente, a autarquia, as escolas, mas também a sociedade civil (todos os parceiros), articulando-as com todas as oportunidades de educação formal, não formal e informal, que são proporcionadas por todas as organizações e espaços do território e da vida das pessoas e das comunidades (Cordeiro, A. M. Rochette et al., 2012).

Estabelecendo a ligação entre todas estas dimensões teóricas e o propósito do estudo que se apresenta, o qual envolve um importante órgão de coordenação e consulta a nível municipal – Conselho Municipal de Educação (CME), torna-se importante proceder a uma sistematização das suas principais atribuições e competências.

Neste sentido, o CME constitui uma instância de coordenação e consulta, cujo objetivo se centra na promoção, a nível municipal, da coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados. Ao analisar e acompanhar o funcionamento do referido sistema faz parte das suas atribuições propor ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Para a concretização dos objetivos mencionados, compete ao CME a tomada de algumas decisões no que concerne (Decreto-lei nº7/2003 de 15 de Janeiro): à coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; ao acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal; à participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47º e seguintes do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio; à apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município; à adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação; às medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania; aos programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos; às intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

Enquanto estrutura de participação dos diversos agentes e parceiros sociais de âmbito concelhio, que abrange um vasto leque de representantes (instituições de ensino, pessoal docente, associações de pais e encarregados de educação, associações de estudantes, serviços públicos de saúde, serviços da segurança social, serviços de emprego e formação profissional, serviços públicos da área da juventude e do desporto e forças de segurança), com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais e, atendendo a todas as suas atribuições, o CME afigurou-se, para o trabalho que agora expomos, uma fonte privilegiada de informação e um excelente ponto de partida para o indispensável diagnóstico inerente ao PEL.

Deste modo, recorrendo a um método de procura de consenso, o estudo que se apresenta tem como objetivo realizar uma auscultação das perceções dos elementos do CME no que concerne às debilidades, potencialidades e desafios para a educação do seu território.

2 UM DOS POSSÍVEIS CONTRIBUTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O DIAGNÓSTICO DO PEL

2.1 Metodologia

No âmbito do Projeto Educativo Local a desenvolver entre a Universidade de Coimbra e um Município da Área Metropolitana de Lisboa, como ponto de partida, logo no início da imprescindível fase de diagnóstico, considerou-se pertinente o envolvimento e a participação ativa do Conselho Municipal de Educação, reconhecendo o importante papel que os seus elementos desempenham na educação do Município.

Neste sentido, o objetivo deste estudo, realizado em contexto de reunião plenária do Conselho Municipal de Educação, pautou-se por auscultar a perceção dos conselheiros sobre os desafios, as

potencialidades e limitações das atividades educativas no seu território no momento presente. De referir que a amostra abrangeu 40 conselheiros, o que corresponde à sua esmagadora maioria. Para a realização da referida auscultação e, tendo em consideração a necessidade de estruturar o processo de comunicação dos conselheiros presentes, recorreu-se à Técnica Delphi. Esta técnica baseia-se num processo estruturado para a recolha e síntese de conhecimentos de um grupo de especialistas por meio de uma série de questionários, acompanhados de um feedback organizado de opiniões (Adler e Ziglio, 1996).

O grande potencial desta técnica consiste em conduzir à obtenção de resultados consensuais, que partem do que os sujeitos envolvidos verdadeiramente pensam. Ao implicar levar a cabo uma discussão no anonimato, permite que sejam contornados eventuais problemas ligados às pressões persuasivas de membros do grupo com maior autoridade ou estatuto, com melhores competências de comunicação oral ou constrangimentos relacionados com a influência da opinião maioritária (Amado, 2013). Portanto, para além de possibilitar a análise de dados qualitativos permite, também, descobrir as opiniões de um grupo salientando-se, enquanto principais características, a utilização de um painel de peritos para obter conhecimento, o facto de os participantes não terem confrontação frente a frente, a garantia de anonimato das respostas dadas pelos mesmos, a representação estatística dos resultados e o feedback das respostas do grupo para reavaliação nas voltas subsequentes (Martino, 1993).

A discussão inerente a esta técnica decorre em várias voltas (rounds), sendo um processo iterativo. Na sua aceção original, a discussão delphi é iniciada com uma questão aberta que permitirá gerar livremente as ideias. Após uma análise cuidada das diferentes ideias, estas são organizadas numa lista que deve refletir o pensamento dos membros do painel, iniciando-se, assim, a primeira volta. Depois desta primeira fase, os dados resultantes da primeira volta devem ser enviados a todos os participantes, acompanhado de um novo inquérito que lhes permita redigir novas respostas e justificá-las caso difiram da tendência geral. Este procedimento repete-se até ser obtida uma solução de consenso, sendo elaborado no final um resumo do processo e relatório final (Amado, 2013).

Desta forma, os conselheiros foram desafiados, individualmente e por escrito, através de um inquérito, a elaborar o brasão educativo do município (fig. 1), que incluía o solicitar da indicação de três debilidades, três pontos fortes e dois desafios, sugerindo ainda uma ideia identitária – divisa – para o que eles poderiam assumir como a visão do concelho no que se refere à educação e formação. Importante será dizer que este estudo ainda se encontra em desenvolvimento, pelo que serão apresentados, meramente, os resultados respeitantes à primeira fase da técnica delphi.

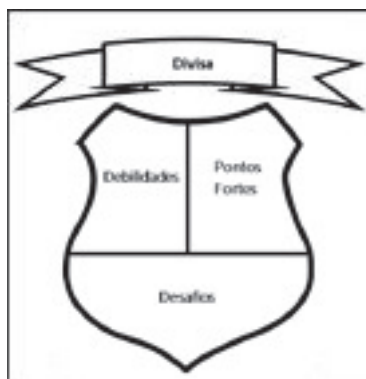


Fig. 1. Brasão Educativo do Município

Enquanto momento inicial para a concretização do diagnóstico que se torna indispensável, o potencial da metodologia aplicada foi evidente, já que possibilitou a delimitação de algumas áreas que podem vir a ser consideradas como prioritárias – parque escolar, sucesso educativo, educação não formal e informal, níveis de qualificação da população e governança na educação – e que, nos diferentes momentos de desenvolvimento do projeto, servirão de suporte básico à prossecução do trabalho.

2.2 Resultados

Tal como mencionado anteriormente, o exercício proposto aos conselheiros contribuiu para a delimitação de possíveis áreas prioritárias de diagnóstico e, neste sentido, apresentaremos de seguida os resultados alcançados de acordo com as referidas áreas e com as perceções dos participantes.

De modo a facilitar a análise dos dados recolhidos, optou-se pela construção de tabelas organizadoras para cada área de diagnóstico, nas quais foram subdivididas as opiniões dos conselheiros por temas (tendo sempre em consideração as debilidades, os pontos fortes e os desafios), seguidas de unidades de registo e exemplos/transcrições das suas declarações (tabela 1).

Tabela 1. Tabela organizadora da informação recolhida por área e principais indicadores

		Temas	Unidades de Registo	Exemplos
PARQUE ESCOLAR	Debilidades	Condições do parque escolar	17	<i>“Estado de conservação do parque escolar: envelhecido, pouco cuidado, não tecnológico” “Degradação e sobrelotação de muitos equipamentos”</i>
		Características do Concelho	10	<i>“Pressão demográfica sobre os espaços educativos” “Dimensão do Concelho/Escolas/Agrupamentos”</i>
	Pontos Fortes	Características do parque escolar	3	<i>“Boa distribuição geográfica do parque escolar”</i>
	Desafios	Condições do parque escolar	7	<i>“Celeridade na manutenção e conservação do parque escolar da responsabilidade do Município” “Reestruturação das escolas: nivelar a rede educativa em termos de equipamentos e espaços escolares”</i>
SUCESSO EDUCATIVO	Debilidades	Heterogeneidade da população	10	<i>“Assimetrias socioeconómicas e culturais limitadoras de sucesso”</i>
		Percurso escolar	9	<i>“Resultados escolares abaixo das médias nacionais”</i>
	Pontos Fortes	Cooperação	9	<i>“Preocupação da autarquia com a educação: disponibilidade da Divisão da Educação” “Boa articulação entre escolas e Município – cooperação com a comunidade educativa”</i>
	Desafios	Sucesso Escolar	13	<i>“Reduzir taxas de insucesso e de abandono escolar, minimizando as diferenças de classe social/económica” “Reestruturação da estratégia pedagógica visando a alteração/revisão dos modelos educativos em cada ciclo”</i>
NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO	Debilidades	Mercado de trabalho	3	<i>“Grandes dificuldades nas saídas profissionais, em particular para os jovens que não seguem a via universitária”</i>
	Pontos Fortes	População / Contexto socioeconómico	6	<i>“Município jovem: população jovem numerosa se bem que em decréscimo” “Tecido empresarial do concelho”</i>
	Desafios	Qualificação e empregabilidade	2	<i>“A efetiva escolarização e formação da população, adequando a oferta formativa às necessidades do concelho” “Combater a falta de empregabilidade”</i>
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL	Debilidades	Tempos livres	2	<i>“Fracá resposta à ocupação dos tempos livres dos jovens: infraestruturas escassas”</i>
	Pontos Fortes	Diversidade cultural	5	<i>“Meio envolvente diversificado capaz de sustentar propostas pedagógicas e culturais diferenciadas”</i>
	Desafios	Projetos	3	<i>“Construção de projetos educativos de escola consentâneos com o PEL do Concelho”</i>

GOVERNANÇA	Debilidades	Legislação e Autonomia das Escolas	4	<i>“Proliferação legislativa e a instabilidade no enquadramento que rodeia a Escola/Agrupamento” “Pouca autonomia na gestão corrente da escola (recursos humanos e financeiros)”</i>
	Pontos Fortes	-	-	-
	Desafios	Autonomia		<i>“Dar autonomia aos Agrupamentos/Escolas”</i>

2.2.1 Adequar o parque escolar às necessidades do território

A adequação do parque escolar às necessidades do território foi, sem dúvida, uma das áreas que reuniu maior consenso por parte dos conselheiros, evidenciando-se algumas debilidades apresentadas e que o trabalho subsequente (revisão da carta educativa municipal) tem vindo a demonstrar. Neste sentido, foi apontado não só o estado de conservação do parque escolar, caracterizado como envelhecido, pouco cuidado e não tecnológico, mas também a degradação e sobrelotação de muitos equipamentos. Associada a este parecer é também feita alusão à dimensão do concelho, escolas e agrupamentos, bem como à pressão demográfica sobre os espaços educativos.

Com efeito, atendendo às fragilidades mencionadas, os grandes desafios para um considerável número de conselheiros recaem sobre a necessidade da celeridade na manutenção e conservação do parque escolar (segundo eles “da responsabilidade do município”) e na reestruturação das escolas no que concerne à importância de nivelar a rede educativa em termos de equipamentos e espaços escolares. Outro dos desafios apresentados prende-se com a reorganização do espaço urbanístico, onde a rentabilização dos espaços diversificados ao longo do concelho deveria ganhar especial interesse.

2.2.2 Promover o sucesso educativo

A promoção do sucesso educativo representa a área com maior número de registos. Assim, no que concerne às debilidades, os temas mais evidenciados direcionam-se para a heterogeneidade da população e para a situação das famílias do concelho, sendo referidas, por um lado, as assimetrias socioeconómicas e culturais limitadoras de sucesso e, por outro, as fragilidades económicas, associadas a famílias desestruturadas e a relação escola-família (quase demissão de algumas famílias no percurso escolar dos alunos). Já ao nível dos percursos escolares são destacados os resultados escolares abaixo das médias nacionais. Relativamente aos recursos humanos das escolas é referido o desgaste psicológico do corpo docente, atendendo às problemáticas com que se vão confrontando, assim como o número diminuto de auxiliares de ação educativa. No caso concreto da educação especial é importante mencionar a preocupação existente no que diz respeito à dificuldade de integração de jovens no mercado de trabalho.

Quanto aos pontos fortes, a cooperação com a comunidade educativa constitui o tema mais ressaltado, sendo dada ênfase à preocupação da autarquia com a educação, designadamente, a disponibilidade da Divisão de Educação e a boa articulação entre as escolas e o município. A multiculturalidade, a heterogeneidade e a diversidade populacional são igualmente perspetivadas como potencialidades.

Face a todos os elementos expostos, muitos são os desafios colocados à área em análise, salientando-se o tema do sucesso escolar, onde é mencionada a urgência em reduzir as taxas de insucesso e abandono escolar, minimizando as diferenças de classe socioeconómica, bem como a necessidade de reestruturação da estratégia pedagógica, visando a alteração/revisão dos modelos de ensino em cada ciclo. Com semelhante destaque surge, também, a temática da inclusão, sendo feita referência à transformação da escola num espaço inclusivo que promova o acesso de todos à educação, sem barreiras. O investimento na formação de professores, de pessoal não docente e até mesmo de encarregados de educação (“escolas para pais”) emerge como um grande desafio, no intuito de potenciar o profissionalismo e as competências dos agentes.

2.2.3 Promover a elevação dos níveis de qualificação da população

No que diz respeito à promoção dos níveis de qualificação da população, as debilidades citadas apontam para a grande dificuldade nas saídas profissionais (em particular para os jovens que não seguem a via universitária), para a fraca ligação ao mercado de trabalho, para a baixa taxa de escolarização da população ativa e para o desemprego registado no concelho.

Em relação às potencialidades é feita referência ao forte tecido empresarial do município e empreendedorismo, assim como ao facto de se tratar de um município jovem, revelando, ainda assim, consciência de que esta população jovem se encontra em decréscimo.

Os desafios colocados, incidindo na temática da qualificação e da empregabilidade, apontam para a efetiva escolarização e formação da população, adequando a oferta formativa às necessidades do concelho, para o combate à falta de empregabilidade e para a motivação e implicação de todos os agentes para uma mudança de paradigma no horizonte e finalidades do projeto educativo local, visando um melhor futuro para os jovens ao nível da cidadania, do emprego e da sustentabilidade.

2.2.4 Potenciar a educação não formal e informal

Constituindo, desde logo, uma das áreas com menor número de unidades de registo, a escassa expressão das debilidades associadas a esta área, remete-nos imediatamente para as suas potencialidades, estando estas ligadas à riqueza turística do município, ao meio envolvente diversificado capaz de sustentar propostas pedagógicas e culturais diferenciadas e à própria localização geográfica (próxima de pontos culturais e sociais de interesse).

Os desafios mencionados pelos participantes vão ao encontro do estabelecimento de parcerias estreitas com diversas instituições e associações, assim como da construção de projetos comuns consentâneos com o PEL e que envolvam todos os atores locais.

2.2.5 Governança na educação

Não havendo ocorrência de pontos fortes na área da governança na educação, são as debilidades que ganham destaque com a proliferação legislativa e a instabilidade no enquadramento que rodeia as escolas/agrupamentos, a incapacidade da tutela em responder às propostas da escola por motivos económicos (número de alunos por turma, ofertas curriculares inovadoras) e a pouca autonomia na gestão corrente da escola (recursos humanos e financeiros).

Desta forma, os desafios direcionam-se, na íntegra, para a necessidade de dar autonomia às escolas/agrupamentos e de ajustar e interligar a rede de agrupamentos.

3 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Um projeto educativo local deverá assumir, desde o seu desenho inicial, uma metodologia participativa, sendo o seu desenvolvimento adaptado a cada subterritório e, por isso, único de acordo com a participação e necessidades específicas do município. Assim, e como em qualquer plano estratégico, a fase de diagnóstico do projeto educativo local, enquanto fase inicial, constitui um momento chave do mesmo, uma vez que se acredita que, quanto maior for o seu rigor, associado a um bom planeamento, maior será a probabilidade de sucesso na sua implementação.

Neste sentido e pretendendo reforçar o caráter participativo do PEL, procurou-se desenvolver todo um conjunto de estratégias de auscultação e envolvimento dos cidadãos no desenho das opções na fase de diagnóstico, dado o importante contributo que os atores locais apresentam na elaboração de documentos estratégicos de diagnóstico do território e pelo seu conhecimento do território e das diferentes temáticas a ele associadas que, conseqüentemente, despoletarão ações estratégicas para a educação e formação.

O envolvimento dos diferentes elementos do Conselho Municipal de Educação, enquanto um dos pontos de partida para o diagnóstico deverá, portanto, ser considerado como uma das primeiras

bases de trabalho, pois embora tenha contribuído para a delimitação de cinco áreas prioritárias de diagnóstico, outras poderão surgir, uma vez que várias são as estratégias inerentes à fase de diagnóstico do PEL.

Do contributo do CME resultaram, assim, à partida, cinco áreas, designadamente, parque escolar, sucesso educativo, educação não formal e informal, níveis de qualificação da população e governança na educação – que devem ser equacionadas em todo o desenvolvimento do projeto. Fazendo um balanço global das respostas dos conselheiros ao inquérito aplicado, facilmente se constata, através das unidades de registo aferidas, que as áreas com maior destaque e, naturalmente, aquelas que reúnem maior preocupação por parte dos participantes, dizem respeito ao parque escolar e ao sucesso educativo, estando esta última área mais evidenciada, razão pela qual tem merecido particular atenção no desenvolvimento do PEL.

Apresentado o resultado do parecer dos conselheiros relativamente ao parque escolar, há que salientar que as perceções dos mesmos poderão não ser acolhidas pelos agentes políticos, dependendo da visão estratégica da autarquia. De referir, ainda, que para uma interpretação correta da realidade do parque escolar, que permita tomar um conjunto de decisões, é fundamental efetuar um pormenorizado diagnóstico do seu estado de conservação, identificando as situações problemáticas (algo que deve ser analisado caso a caso) e, ao mesmo tempo, analisar os dados da população escolar do município e sua perspectiva de evolução. Portanto, todo o trabalho que a equipa do PEL se encontra a desenvolver nesta área, converge para o necessário cruzamento de dados e uma cuidada análise da oferta e procura escolar, a qual nos dará uma visão completa e abrangente das necessidades do território, influenciando inteiramente a tomada de decisão.

Ao nível da área do sucesso educativo e, tendo como referência o trabalho de diagnóstico efetuado pela equipa do PEL no âmbito dos resultados escolares, é possível corroborar o parecer dos conselheiros. De facto, numa análise dos dados alusivos aos exames nacionais, é possível verificar que a média de exames do município em questão é inferior à média nacional, nos anos de escolaridade e na quase totalidade de disciplinas analisadas, tendo sido registada uma diminuição dos resultados médios dos exames desde o 4º ano até ao Ensino Secundário. Neste contexto, os piores resultados foram registados no 9º ano (49,8%) e Secundário (45,5%), sustentados em certa medida pelo facto de mais de metade dos exames realizados nesses anos de escolaridade terem registado notas inferiores a 50% (50,2% e 60,4%, respetivamente). Tendo em consideração os valores médios para a totalidade da Área Metropolitana de Lisboa (AML), salientam-se os resultados verificados no 4º ano (61,0%), ligeiramente acima do valor referência para a AML (60,4%). No que se refere aos restantes anos de escolaridade, o município em estudo, além de acompanhar a tendência de decréscimo observada na AML, registou resultados médios inferiores, tendo sido mais significativo no Ensino Secundário. Apesar da referência efetuada aos resultados escolares do município, é importante referir que o sucesso educativo, na sua plenitude, implica uma visão abrangente, holística que não se deve limitar a estes resultados, ambicionando alcançar a realização pessoal, a formação integral e a construção de percursos de sucesso – dimensões a ter em consideração na construção do PEL.

Todas as dimensões mencionadas pelos conselheiros neste exercício reflexivo, no que se refere aos níveis de qualificação da população, refletem uma das preocupações do PEL, já que faz parte do seu leque de intervenção um diagnóstico exaustivo do tecido empresarial do concelho, uma análise pormenorizada das características da população no que se refere a taxas de analfabetismo, escolarização, desemprego, entre outras, bem como uma análise da oferta formativa do município. Neste contexto, o PEL assume-se como uma oportunidade de desenvolvimento de estratégias integradas de promoção da empregabilidade através da formação.

A área da educação não formal e informal, atendendo ao quadro de atores que compõem a amostra, acaba por revelar pouca expressão, o que parece constituir uma debilidade ao nível da reflexão dos próprios conselheiros, merecendo no âmbito do PEL maior destaque. Na verdade, numa sociedade que cada vez mais valoriza a educação permanente dos seus membros, as modalidades educativas não formais e informais adquirem especial interesse, sendo perspectivadas como complementares da educação formal, no sentido de uma efetiva estratégia de aprendizagem.

Embora a área da governança na educação tenha surgido no campo de reflexão de alguns conselheiros, neste item, as respostas foram escassas o que, de certa forma, se estranha, visto tratar-se de um conceito recente e incontornável, onde a necessidade de trazer novas lógicas de governança para a educação, considerando o trabalho em rede como o caminho a seguir rumo ao bem comum da comunidade educativa, está cada vez mais evidente. Tratando-se de um eixo transversal, cujo desafio se centra na procura de soluções para as melhores formas de gestão da educação, atendendo à multiplicidade das inter-relações estabelecidas entre os diversos atores sociais integrados no território, a área da governança merecerá, no âmbito do PEL, especial atenção.

Um olhar atento a todas as dimensões evidenciadas pelos conselheiros neste exercício reflexivo, combinado com todo um conjunto de estratégias de diagnóstico territorial, que se encontra a decorrer entre a equipa do PEL, as diferentes divisões da Autarquia (educação, área social, ambiente e desporto, entre outras) e restantes atores locais implicados neste processo, possibilitou o início do traçar dos grandes desafios de mudança para o município que, por sua vez, permitirão o desenvolvimento de estratégias e projetos adequados à concretização das transformações desejadas.

A construção de um Projeto Educativo Local representa, nas palavras dos responsáveis autárquicos e dos restantes atores envolvidos (docentes, pessoal não docente, empresários, dirigentes do movimento associativo, entre outros), uma das iniciativas mais importantes que os distintos parceiros de um território assumem empreender. O desígnio de construir uma ideia identitária, definir metas, traçar caminhos para concretizar objetivos, desenvolver ações e envolver todos os cidadãos é, sem dúvida, um desafio inteiramente central no desenvolvimento dos territórios, preconizando, desta forma, a criação de mecanismos locais em redor do progresso qualitativo. Face a todos os resultados apresentados é de valorizar a qualidade da massa crítica do grupo de conselheiros, já que possibilitou o direcionar de pontos de partida interessantes para todo o trabalho que se encontra em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Adler, M., & Ziglio, E (1996). *Gazing into the Oracle: The Delphi method and its application to social policy and public health*. London: Kingsley Publishers.
- Alcoforado, J. L. M. (2014). *Uma Educação para Todos, ao Longo e em todos os Espaços da Vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa*. In Marinalva Freire da Silva, *Mundos Distantes, Diálogos Possíveis: a vida em Mosaico*, 14 - 34. João Pessoa: Ideia.
- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Alcoforado, J. L. M. & Ferreira, A. G. (2012). *Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável*. In *Cadernos de Geografia*. 30/31. pp. 313 – 324. Coimbra: Dep. Geografia/Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, A.M. Rochette & Barros, C. (2011). *Uma cidade sustentável, um território coeso: o exemplo da Figueira da Foz. Filosofia de um projecto integrado de planeamento e ordenamento do território*. In *Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável: atas do 17º Congresso da APDR*. Zamora, 1336-1345, Jul. 2011.
- Decreto-lei nº7/2003 de 15 de Janeiro, Diário da República, N.º 12 I Série – A, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.
- Jobert, G. (2010). *Développement des territoires et formation. Education Permanente*, 184, pp. 2-8. Arcueil: Education permanente.
- Martino, J. P. (1993). *Technological forecasting for decision making*. New York: McGraw-Hill.
- Mendes, J. F. G. (2011) *O futuro das cidades*. Minerva, Coimbra.
- Moreira, Carlos. (2005). *Desenvolvimento sustentável - um conceito no limiar da utopia*. Disponível em: https://caebufpr.files.wordpress.com/2008/05/desenvolvimento_sustentavel_um_conceito_no_limiar_da_utopia1.pdf Acesso em: 11/08/2016